

JORNAL DO SENADO

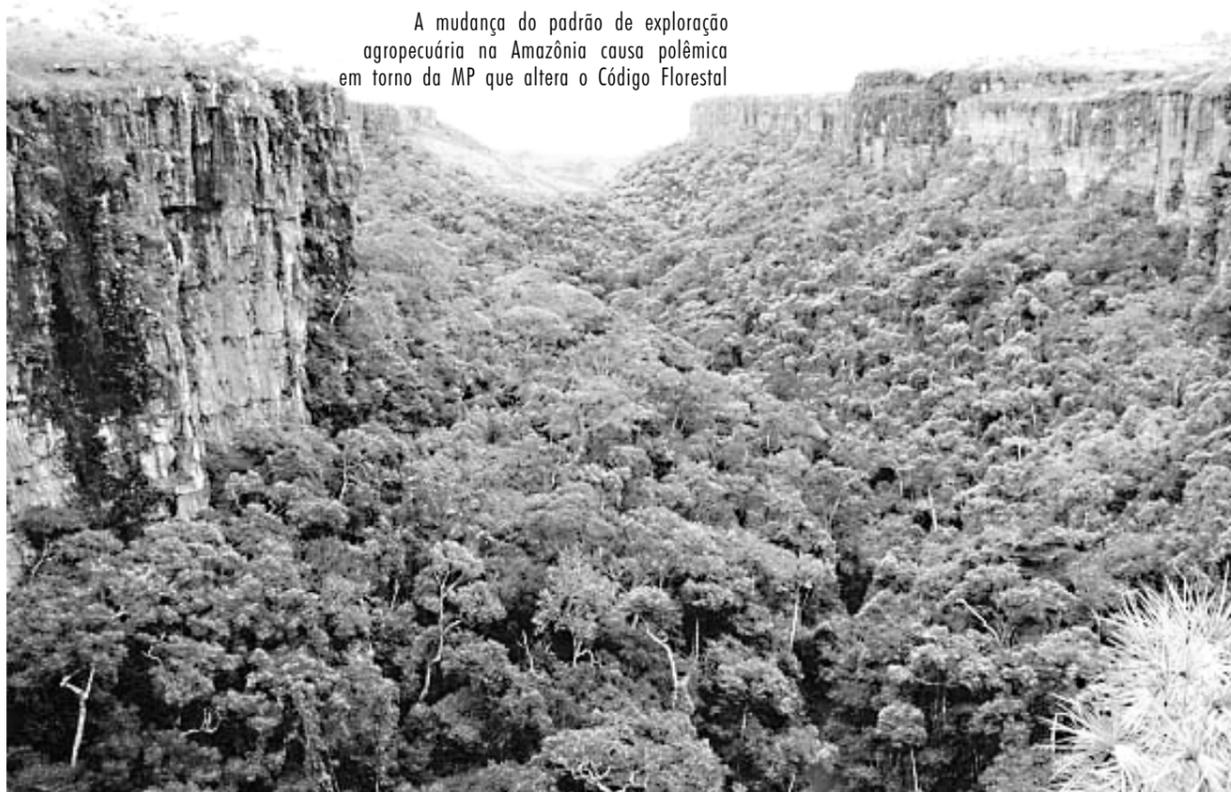
ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.354 – BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 5 DE SETEMBRO DE 2001

Plenário encerra hoje votação de limite às medidas provisórias

Já aprovada em primeiro turno, proposta de emenda à Constituição vai à decisão final dos senadores. Texto impede reedição de MPs pelo Executivo e estabelece prazo máximo de tramitação no Congresso

A mudança do padrão de exploração agropecuária na Amazônia causa polêmica em torno da MP que altera o Código Florestal



Parlamentares examinam mudança no Código Florestal

A comissão mista encarregada de examinar a medida provisória que altera o Código Florestal pode votar hoje o relatório do deputado Moacir Micheletto. Ainda não há consenso entre os parlamentares, e o governo anunciou sua posição contrária ao texto do relator.

PÁGINA 5

O Plenário do Senado vota hoje, em segundo turno, a proposta de emenda à Constituição que impede a reedição de medidas provisórias e fixa prazo máximo de 120 dias para sua tramitação nas duas Casas do Congresso. Considerada por vários senadores imprescindível para recuperar o prestígio do Legislativo, a proposta foi aprovada em primeiro turno no mês passado e, caso esse resultado se repita agora, entrará em vigor tão logo seja promulgada pelas Mesas do Senado e da Câmara.

PÁGINA 3

Comissão inclui no PPA compra de computadores para 13 mil escolas

A Comissão Mista de Orçamento aprovou ontem, após três horas de debates, projeto do governo que inclui no Plano Plurianual de Investimentos (PPA) o programa de implantação de 290 mil computadores em 13 mil escolas de ensino médio. A compra dos computadores será financiada pelo Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust).

PÁGINA 2

Senado reduz burocracia para operação de crédito

O Plenário do Senado alterou ontem a Resolução 78/98, que disciplina as operações de crédito dos estados, Distrito Federal e municípios, para permitir que os interessados na contratação de empréstimo instruem mais facilmente seus pedidos de autorização, evitando entraves burocráticos.

PÁGINA 9



CAE aprova requalificação de botijões de gás de cozinha

PÁGINA 7

Pelo projeto, botijões deverão ser revisados no prazo de dez anos

Comissão de Infra-Estrutura aprovou gratuidade da água

Famílias que gastam cota mínima podem ter água gratuita

PÁGINA 7



Projeto inclui no PPA a instalação de computadores em 13 mil escolas

Todos os equipamentos estarão ligados à Internet e serão financiados pelo Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust). Programa beneficia ensino médio

Depois de três horas de debates, a Comissão Mista de Orçamento aprovou no início da noite de ontem projeto do governo que inclui no Plano Plurianual de Investimentos (PPA) o programa de implantação de 290 mil computadores em 13 mil escolas de ensino médio do país, todos ligados à Internet e financiados pelo Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust). Até agora, o Fust é apenas citado no PPA, sem previsão dos programas que ele financiará até o final de 2003.

Em reunião presidida pelo senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), a aprovação foi antecedida de um longo debate, com parlamentares de oposição, liderados por Sérgio Miranda (PCdoB-MG), contestando o edital de licitação lançado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) para que as cinco grandes companhias de telefonia fixa privada do país comprem e instalem os 290 mil computadores. Os parlamentares argumentam que se trata de uma decisão inconstitucional, pois as companhias telefônicas não são

produtoras de computadores e periféricos.

Na última semana, o PT obteve uma liminar que impede a continuidade da licitação da Anatel, ponderando inclusive que o Telecomunidade Educação ainda não constava do PPA. Os parlamentares da oposição sustentam também que a decisão do Ministério da Educação de exigir que todos os computadores contêm programas Windows, da Microsoft, privilegia uma multinacional, em detrimento de outras empresas que fabricam progra-

mas de computação.

Parlamentares governistas informaram que a decisão do ministério baseou-se em pesquisa feita com as secretarias estaduais de Educação. Além disso, conforme argumentaram, a maioria dos programas de computadores das empresas brasileiras opera com o programa Windows e é nessas companhias que os estudantes um dia acabarão trabalhando. O projeto que muda o PPA em favor do programa financiado pelo Fust pode ser votado ainda hoje pelo Congresso Nacional.

Comissão que estuda crise de energia vai ouvir Pedro Parente

Em reunião administrativa realizada ontem, a comissão mista especial que estuda as causas da crise de abasteci-



mentos de co-geração a gás natural e sobre a revogação de decreto que oferecia salvaguarda ao interesse público

no caso de racionamento de energia. Sobre esse último assunto, também deporão o ministro de Minas e Energia, José Jorge, e o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Francisco Gros. O ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, e o diretor do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), Maurício Andrés, comparecerão à comissão para esclarecer o que os dois órgãos estão fazendo para ajudar o país a contornar a crise.

A comissão aprovou ainda requerimentos convidando técnicos e especialistas para falar de temas como a geração de energia por biomassa de mamona no Nordeste e co-geração com uso de biomassa. Serão ainda convidados representantes de agricultores para debater os efeitos

da crise energética na agricultura irrigada, assim como o embaixador da Bolívia e o presidente da Petrobras, Henri Philippe Reichstul, para debater o verdadeiro potencial das jazidas de gás natural da Bolívia.

Os parlamentares decidirão ainda se representantes do Congresso irão aos Estados Unidos e ao Canadá para conhecer experiências desses países com usinas termelétricas e com a gestão pública de hidrelétricas ou se representantes dessas geradoras virão à comissão.



Na reunião de ontem, comissão também decidiu prorrogar os trabalhos por 60 dias, de modo a ouvir grande número de convidados para audiências

O deputado Antônio Cambraia

informou ainda estar programada – dependendo da disponibilidade de avião – uma visita de membros da comissão às usinas de Tucuruí e Belo Monte, na Região Norte, no próximo dia 13. Na reunião foi apresentado vídeo produzido pela TV Senado sobre visita feita a três usinas do Rio São Francisco – Sobradinho, Xingó e Paulo Afonso. No vídeo, Paulo Souto informa que vai propor alternativas para que seja reduzido o sacrifício de agricultores que dependem de irrigação.

AGENDA

QUARTA-FEIRA, 5 DE SETEMBRO DE 2001

Presidente
Senador Edison Lobão (interino)

13h – Participa de almoço com o primeiro-ministro de Portugal, António Guterres. *Palácio do Itamaraty*
15h – Recebe António Guterres, primeiro-ministro de Portugal

PLENÁRIO

9h – *Sessão Conjunta do Congresso Nacional*
Pauta: medidas provisórias e projetos de lei (crédito suplementar). *Plenário da Câmara dos Deputados*

14h30 – *Sessão deliberativa ordinária*
Pauta: votação, em segundo turno, da PEC que limita a edição de medidas provisórias; PLC que trata da criação de cargos de procurador e promotor de Justiça, inclusive adjunto, no Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC que desapropria área de culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou de exploração de trabalho escravo; PLC que altera dispositivo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação; entre outros.

COMISSÕES

10h – *Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania*
Pauta: 25 itens, incluindo quatro proposições que modificam a Lei Eleitoral, além de emenda constitucional que acaba com o voto secreto nas votações que decidem perda de mandato parlamentar. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 3*

10h – *Comissão de Educação*
Pauta: audiência pública com a presença do ministro Ronaldo Sardemberg, para debater diretrizes do Ministério da Ciência e Tecnologia para o ano de 2002. *Ala Senador Alexandre Costa – sala 15*

11h – *Comissão de Fiscalização e Controle*
Pauta: audiência pública com a presença de representantes da Caixa Econômica Federal para discutir cobrança de comissão ilegal destinada ao pagamento de ação contra a própria Caixa, conforme denúncia registrada em cartório de Brasília. *Ala Senador Nilo Coelho – Sala 6*

14h – *Comissão de Assuntos Sociais*
Pauta: oito itens, entre eles projeto que proíbe planos de saúde privados de exigirem de seus clientes testes genéticos. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 9*

14h – *Comissão Mista destinada a examinar a MP nº 2.166-67, que altera o Código Florestal*
Pauta: votação do relatório final. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 3*

18h – *Comissão de Fiscalização e Controle*
Pauta:
1ª parte: audiência pública para discutir a qualidade dos serviços prestados pelo Porto de Santos
2ª parte: Avisos do Tribunal de Contas da União. *Ala Senador Nilo Coelho – Sala 6*

ESPECIAL

12h – *Cultura ao Meio-Dia*
Filme: "Uma Carta de Amor", de Luis Mandoki. *Auditório Petrônio Portella*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Jader Barbalho (licenciado)
Presidente interino: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Carlos Augusto Setti
Diretora de Divulgação e Integração: Andréa Valente da Cunha (61) 311-1150
Diretora da Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Marcos Dantas de Moura Magalhães (61) 311-3327
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane de Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações



O senador Edison Lobão (ao microfone) reúne-se com garimpeiros...



...recebe em audiência o ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho...



...e cumprimenta secundaristas, junto com o senador Moreira Mendes

Lobão reúne-se com ministro e garimpeiros

O presidente interino do Senado, Edison Lobão, reuniu-se ontem de manhã com representantes de entidades de garimpeiros do Pará, encontrou-se com o ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho, e posou para fotos com um grupo de estudantes secundaristas de Rondônia, vencedores de um concurso estadual de redação. Lobão passou a maior parte da manhã em seu gabinete de apoio, onde cuidou de assuntos relacionados à Presidência do Senado e ao Maranhão.

Principais mudanças na edição de medidas provisórias

Como é hoje		Como fica
30 dias	Prazo de vigência	60 dias, prorrogáveis por mais 60
As MPs podem ser reeditadas várias vezes	Reedição	Proibida
Não podem tratar de matéria penal nem de assuntos que tenham sido objeto de emendas constitucionais, entre outros	Conteúdo das MPs	Além dos atuais, não poderão versar sobre orçamentos, ativos financeiros, poupança popular, seqüestro de bens, temas regulamentáveis por meio de lei complementar, entre outros
30 dias, podendo ser reeditada	Prazo para votação pelo Congresso	45 dias, sob pena de trancar a pauta de votações
As MPs são analisadas no Congresso por comissão mista de senadores e deputados	Tramitação	A tramitação sempre se iniciará pela Câmara e a votação será separada nas duas Casas

Restrição às MPs terá hoje votação final no Plenário

Governo não poderá mais reeditar medidas provisórias, que terão vigência por 60 dias, podendo ser prorrogada por igual período

Expropriação de terras com trabalho escravo está na pauta

O Senado vota hoje, também, proposta do senador Ademar Andrade (PSB-PA) que desapropria terras onde se explore trabalho escravo para destiná-las à reforma agrária, priorizando o assentamento dos colonos ali explorados, sem qualquer indenização ao dono.

A Constituição já impõe a perda da terra sem indenização para o proprietário que cultive plantas ilegais ou psicotrópicas. A emenda de Ademar Andrade consiste em punir também a exploração do trabalho escravo.

Em regime de urgência, o Senado vota o texto final da Convenção Interamericana contra a Corrupção, assinado em Caracas, em 1996. Destinada a combater esse crime no continente, a convenção tem por objetivo promover o desenvolvimento de mecanismos necessários a prevenir, detectar, punir e erradicar a corrupção.

O Senado também vota projeto explicitando a obrigatoriedade da educação física no currículo do ensino básico e relacionando as situações que tornam essa prática facultativa, por exemplo, quando o estudante tiver filho.

Imprescindível, na opinião de vários senadores, para recuperar o prestígio do Legislativo, a proposta de emenda à Constituição que limita a edição de medidas provisórias (MPs) será votada hoje pelo Plenário do Senado. Necessita de três quintos dos votos dos senadores para ser aprovada, quando será então promulgada, para entrar em vigor.

Aprovada essa emenda, as medidas provisórias passarão a valer durante 60 dias. Caso a Câmara e o Senado não as votem nesse prazo, elas ganharão mais 60 dias de vigência, tendo prioridade sobre outras matérias sujeitas a votação. Se, ao final desses 120 dias, Câmara e Senado não tiverem concluído a votação, perderão a eficácia. Hoje, as MPs valem 30 dias, mas o Executivo as reedita freqüentemente.

Congresso examina medidas e créditos suplementares

O Congresso Nacional reúne-se hoje, às 9h, para discutir várias medidas provisórias (MPs) e pedidos de créditos suplementares. Entre as MPs que deverão ser votadas, está a de número 2.149, que autoriza a criação, pelos ministros de Minas e Energia e da Fazenda, de um mecanismo de compensação destinado a viabilizar a manu-

tenção, por um período de 12 meses, do preço do gás natural referente aos contratos de fornecimento de gás para as termelétricas. A MP já foi reeditada duas vezes e tem como relator o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT).

PREGÃO

Também deverá ser analisada pelo Congresso a MP que institui

no âmbito da União a modalidade de licitação denominada pregão para a aquisição de bens e serviços comuns. A MP permite que o governo federal adquira bens e serviços por meio de propostas e lances em sessão pública. O relator da MP, que já está na sua 17ª reedição, é o deputado João Henrique (PMDB-PI).

Suassuna cobra atitude mais agressiva do país junto à OMC

Ele disse que Brasil deve romper amarras que impedem penetração de seus produtos em outros países e usar instrumentos de defesa comercial

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) cobrou do governo brasileiro uma atitude mais agressiva junto à Organização Mundial do Comércio (OMC) na defesa dos interesses nacionais. O parlamentar disse que o Brasil deve romper as amarras que impe-



Suassuna defendeu estreitamento de vínculos com União Européia

dem a penetração de seus produtos em outros países e saber usar os instrumentos de defesa comercial permitidos pela OMC, como as regulamentações técnicas.

Suassuna registrou a criação da Frente Parlamentar de Apoio à Exportação e de uma subcomissão na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), ambas com o objetivo de promover a política exportadora no país. Para ele, é inad-

missível o fato de a Coreia, que não tem bens naturais, exportar mais que o Brasil.

O senador lembrou que em algumas ocasiões o governo tem sido enérgico na defesa dos interesses nacionais com relação ao comércio exterior, citando o caso da disputa econômica entre a empresa nacional Embraer e a canadense Bombardier. A postura do governo brasileiro, disse, deveria ser sempre "ativa, combativa e esperta".

puta econômica entre a empresa nacional Embraer e a canadense Bombardier. A postura do governo brasileiro, disse, deveria ser sempre "ativa, combativa e esperta".

Ao defender o fortalecimento do Mercosul, Suassuna enalteceu a declaração do presidente Fernando Henrique Cardoso favorável à admissão de entidades supranacionais para assegurar o

cumprimento dos tratados e para que seja instaurada uma verdadeira política comercial comum entre os países que compõem o bloco.

O senador acrescentou que o Mercosul poderia inclusive estreitar vínculos comerciais com a União Européia (UE). Ele avaliou que a união com a UE é mais vantajosa do que com a Área de Livre Comércio das Américas (Alca), tratado que eliminaria as barreiras comerciais entre todos países do continente a partir de 2005.

Em aparte, o senador Arlindo Porto (PTB-MG) afirmou que as barreiras tarifárias são os fatores que mais inibem o comércio exportador brasileiro. Por sua vez, o senador Lauro Campos (PDT-DF) criticou as mudanças na política econômica do governo. O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) apoiou as colocações de Suassuna.

Para Lauro, só Brasil não viu a crise da indústria automobilística

O senador Lauro Campos (PDT-DF) alertou em Plenário que, ao conceder incentivos de vários tipos para a instalação de fábricas de automóveis em seus estados, os governos estaduais investem em uma indústria em crise, que não contribui para o progresso do país.



Lauro também criticou o PT, afirmando que partido foi desfigurado

Segundo ele, já em 1998, a revista *The Economist* noticiou, em artigo intitulado "Car Crash Ahead" (Desastre Automobilístico Adiante), que a indústria automobilística encontrava-se em crise, pois, no mesmo ano em que produziu 70 milhões de carros em todo o mundo, apenas 50 milhões de unidades foram vendidas.

— Só o Brasil não viu a crise da indústria automobilística e começou a incentivar as montadoras com estímulos, doação de terrenos, a fazer a guerra fiscal para saber onde as fábricas iriam se instalar. A Ford e a General Motors fecharam, há um mês, duas plan-

tas nos Estados Unidos. Se já estivéssemos no mundo globalizado, se já fizessemos parte da Alca (Área de Livre Comércio das Américas), eles fechariam as fábricas aqui no Brasil — afirmou.

"PETEGRACIA" Em seu discurso, Lauro também criticou o Partido dos

Trabalhadores, que, na sua visão, foi desfigurado nos últimos anos. Para ele, os núcleos que formaram o PT foram desfeitos por ação da direção do partido.

— A peteocracia está encantada com os acordos com o FMI (Fundo Monetário Internacional), que apresentam o mesmo neoliberalismo contra o qual deveríamos reagir. Em São Paulo, pegou dinheiro da Odebrecht, dos empreiteiros, e se igualou a qualquer partido burguês. Não deveríamos misturar a ética dos trabalhadores com a ética do capital — disse Lauro, criticando especialmente o ex-governador do DF Cristovam Buarque.



O diplomata Carlos Alberto Guimarães (E), ao lado dos senadores Jefferson Péres e João Alberto, foi sabatinado pela comissão

Aprovadas indicações de dois embaixadores

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem as indicações de dois embaixadores: o ministro de primeira classe, José Viegas Filho, para acumular o cargo de embaixador junto à Federação da Rússia e às Repúblicas de Belarus, do Casaquistão e da Geórgia; e Carlos Alberto Ferreira Guimarães, para a Nigéria. A aprovação final dos nomes depende ainda de votação em Plenário.

Presidida pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM), a CRE também aprovou projeto de lei que proíbe o emprego de minas terrestres

antipessoais, bem como seu desenvolvimento, fabricação, comercialização, importação, exportação, aquisição, estocagem, retenção ou transferência, direta ou indiretamente.

Foi aprovado ainda requerimento de autoria do senador Pedro Simon (PMDB-RS) solicitando a transmissão aos chefes de Estado de Israel e da Autoridade Nacional da Palestina, além do secretário-geral da ONU, de manifestação de apoio do Senado brasileiro às iniciativas que objetivem acordo de paz para a questão judaico-palestina no Oriente Médio.

Hartung contesta nota contra correção da tabela do IR

O senador Paulo Hartung (PPS-ES) disse ontem que "carece de sinceridade" a nota técnica divulgada ontem pela Receita Federal sobre a correção da tabela do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) e a defesa de um imposto direto em detrimento de um imposto indireto. Hartung afirmou que o discurso do governo, que mobilizou vários ministros ao longo da semana passada para tratar do assunto, é incoerente com o que fez nos últimos seis anos. O senador é autor de um projeto que corrige a tabela de isenção e deduções do Imposto de Renda. Aprovado no Senado, o projeto encontra-se em exame na Câmara dos Deputados.

— O governo fez um grande esforço para engavetar a reforma tributária, que seria o meio de desonerar a sociedade brasileira de tantos impostos, e aumentou impostos e contribuições, onerando ainda mais o setor produtivo. Além disso, o governo usa a inflação, que ele diz que não existe, mas existe sim, para cobrar mais imposto, especialmente daquela parcela da sociedade que paga imposto indiretamente ao consumir produtos básicos — explicou Hartung.

Fechamento da Chrysler já era esperado, afirma Osmar Dias

O senador Osmar Dias (sem partido-PR) disse que o anúncio do fechamento da fábrica de automóveis Chrysler, divulgado ontem pelo jornal *Valor Econômico*, já era um fato esperado pelos paranaenses. Ele considerou que o governador Jaime Lerner cometeu uma



Para Osmar Dias, Lerner foi irresponsável ao oferecer incentivos à montadora

irresponsabilidade ao oferecer incentivos fiscais para a instalação da fábrica em Campo Largo (PR), pois pesquisas indicavam que o mercado estava saturado.

Osmar Dias lembrou que entre 1996 e 1997, quando era relator na Comissão de Assuntos Econômicos e o Senado analisava empréstimos do Paraná junto ao Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), ele, juntamente com o senador Roberto Requião (PMDB-PR), exigiu que, para liberar os empréstimos, fossem apresentados os protocolos assinados entre o gover-

no do estado e as montadoras de automóveis Renault, Audi e Chrysler. As notícias davam conta, acrescentou o senador, de que o governo estava investindo R\$ 500 milhões na instalação de fábrica da Renault e R\$ 100 milhões em montadora da Chrysler. O

pior, lamentou o senador, é que os empréstimos feitos pelo governo estadual às montadoras, com prazo de dez anos, não eram corrigidos, "o que significa um verdadeiro presente do tesouro a essas empresas".

Em aparte, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) disse que o contrato com a Chrysler foi feito no Panamá, que a empresa entrou com apenas US\$ 1 e que o restante foi financiado pelo governo paranaense. O senador Lindberg Cury (PFL-DF) lembrou que fechamentos de montadoras vêm ocorrendo em outras partes do país.

Comissão pode votar hoje mudança no Código Florestal

Exame do relatório do deputado Moacir Micheletto foi adiado por pedido de vista, e o texto não conta com apoio do governo. Responsabilidade pela realização do zoneamento ecológico-econômico é um dos motivos de divergência

A medida provisória (MP) que altera o Código Florestal, estabelecendo novo padrão de exploração agropecuária na Amazônia, deverá ser votada hoje, a partir das 14h. A comissão mista (composta de senadores e deputados) responsável pela análise da MP reuniu-se ontem para discutir o relatório do deputado Moacir Micheletto (PMDB-PR), mas pedido de vista provocou o adiamento da votação por 24 horas.

O relator propõe que, além da União, estados e municípios possam fixar o tamanho e a localização das áreas de cultivo e agropecuária, flexibilizando assim o parâmetro estabelecido na MP: preservação de 80% dos trechos de floresta em cada propriedade rural, respeitadas eventuais adaptações decorrentes de zoneamento ecológico-econômico, realizado exclusivamente pela União, desde que o percentual não caia abaixo de 50%. Para o chamado "cerrado amazônico", a MP fixou a reserva em 35% da extensão de cada propriedade, mas Micheletto propõe redução para 20%.

O relator disse na reunião que o relatório pretende equilibrar os anseios do setor produtivo e das instituições de proteção ambiental.

— Nenhum dos dois lados tem a verdade absoluta. O Parlamento é soberano e não pode se curvar às pressões de ruralistas e ambientalistas — observou o deputado.

Micheletto criticou o texto original da MP, que estipula 80% como reserva legal na área de florestas. "Será que esse texto expressa o sentimento do povo hoje?", questionou.

Ele acusou o Executivo de ter se omitido durante os três anos em que as alterações no Código Florestal foram debatidas no Congresso.

— Poderíamos ter tido a assessoria do governo, que só apareceu aqui na hora da votação para dizer que não concordava com o relatório — disse Micheletto, referindo-se ao pronunciamento do líder do governo no Congresso, Arthur Virgílio (PSDB-AM), que na reunião deixou clara a reprovação do Executivo.

Parlamentares favoráveis ao texto de Micheletto também estranharam a postura da liderança do governo. Para o senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), diversos órgãos de áreas relacionadas ao tema foram aliados da discussão.

— Como o governo explica a ausência do Ministério da Agricultura? — perguntou Bezerra.



Comissão encarregada de analisar a medida provisória que altera o Código Florestal volta a se reunir hoje em busca de uma definição



Texto da MP e relatório têm diferenças importantes

Um dos pontos mais polêmicos do relatório do deputado Moacir Micheletto (PMDB-PR) diz respeito ao zoneamento ecológico-econômico (ZEE), instrumento que norteará a utilização dos recursos naturais. Qualquer alteração nos índices de preservação obrigatória nas propriedades rurais deverá ser estabelecida pelo ZEE. A discordância entre os dois textos se dá na

responsabilidade pelo zoneamento — de acordo com Micheletto, estados e municípios poderão elaborar o ZEE, incumbência que, pelo texto original da MP, ficará a cargo da União. Os textos divergem também na fixação da reserva legal na área de cerrado amazônico. Micheletto fixou um índice de preservação de 20%, enquanto a MP determinava 35%.

	Texto original	Relatório Micheletto
Cerrado amazônico	Define o percentual de reserva legal no cerrado amazônico em 35%	Reduz o percentual de reserva legal no cerrado amazônico para 20%
Reserva legal	Estabelece o limite mínimo de 50% para a redução da reserva legal mediante o zoneamento ecológico-econômico	Não estabelece um limite mínimo para a redução da reserva legal mediante o Zoneamento Ecológico-Econômico, possibilitando a eliminação total da obrigatoriedade da reserva legal em qualquer região do país
Zoneamento ecológico-econômico (ZEE)	O ZEE deve ser elaborado com critérios a serem definidos pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), ouvido o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério da Agricultura e do Abastecimento	O ZEE pode ser realizado pelos estados ou municípios

Governo aponta problemas e acena com acordo

O líder do governo no Congresso, deputado Arthur Virgílio (PSDB-AM), criticou nove pontos do relatório do deputado Moacir Micheletto sobre a medida provisória (MP) que altera o Código Florestal. O deputado leu nota do Ministério do Meio Ambiente, segundo a qual a redução da reserva legal no cerrado amazônico de 35% para 20%, conforme prevê o relatório, porá em risco esse ecossistema. A intervenção do líder provocou intenso debate na comissão mista que analisa a MP e foi muito criticada por parlamentares da bancada ruralista. "Arthur Virgílio promoveu um espetáculo circense", ata-

cou o relator.

Segundo Arthur Virgílio, a forma de elaboração do zoneamento ecológico-econômico, que balizará possíveis mudanças nos índices de preservação, precisa ser melhor definida. Outro problema apontado por ele é que o relatório cria a figura da indenização decorrente de prejuízos econômicos resultantes da limitação de uso do corte de espécies vegetais ameaçadas de extinção, onerando o Tesouro Nacional.

É pouco provável que o relatório de Micheletto entre em vigor, mesmo que seja aprovado. Como não haverá tempo útil para a votação do texto no Plenário do Congresso, a promul-

gação da proposta de emenda à Constituição que limita a edição de medidas provisórias tornará lei a MP provisória original. Para evitar o impasse e o desgaste na base aliada, que conta com muitos representantes da bancada ruralista, o governo acenou ontem com um acordo. Uma comissão integrada pelo ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, mais Arthur Virgílio, Micheletto e o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) negociará uma nova versão para o Código Florestal. O governo deverá editar a partir da semana que vem uma nova MP incorporando os pontos acordados por essa comissão.

Francelino pede rejeição do projeto de conversão

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) pediu ontem, em discurso no Plenário, a rejeição do projeto de conversão da medida provisória (MP) que altera o Código Florestal apresentado pelo deputado Moacir Micheletto. "É o mínimo que podemos fazer para preservar as florestas brasileiras", afirmou.

O relatório deve ser votado hoje; ontem, a votação foi adiada por conta de pedido de vista apresentado pela senadora Marina Silva (PT-AC). Para exemplificar o processo de desertificação que sofre o solo amazônico após o desflorestamento, Francelino contou a história de um amigo seu, ruralista, que vendeu uma fazenda de 100 alqueires no Paraná e comprou uma de mil alqueires na Amazônia. Cinco anos depois, havia desistido da região Norte e investia na plantação de café no sul de Minas.



Francelino teme que desertificação seja acelerada

— Depois de derrubada a floresta, o solo é muito fértil. Mas no ano seguinte não nasce nem abobrinha, contou meu amigo — disse Francelino, que considera o projeto de conversão de Micheletto "um atentado ao país, um convite ao desflorestamento", e acredita que a alteração proposta pelo deputado vai acelerar o processo de desertificação da região.

Em aparte, dois senadores da Região Norte, Amir Lando (PMDB-RO) e Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), defenderam o projeto de Micheletto. Lando afirmou que o projeto de conversão apenas abre oportunidade aos estados para que observem o Zoneamento Ecológico já instituído, como é o caso de Rondônia. Em algumas regiões, já desmatadas, o projeto de conversão permite a preservação de 20% da cobertura vegetal, afirmou. Já Mozarildo disse ficar estarecido com as inverdades divulgadas por pessoas que quase não conhecem a região, baseadas em informações de instituições que querem engessar o crescimento econômico da Amazônia.

CAE vai discutir prioridade às exportações

Ney Suassuna propôs a criação de uma subcomissão para estudar o comércio exterior. Paulo Hartung sugeriu que, antes da instalação do órgão, seja convocado o ministro Sérgio Amaral para participar de audiência pública

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) vai promover um ciclo de debates sobre a prioridade anunciada pelo governo às exportações, com vistas a se atingir a meta de US\$ 100 bilhões. No ano passado, o Brasil exportou um total de US\$ 55 bilhões. A primeira autoridade a participar da audiência pública será o ministro Sérgio Amaral, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Proposta de se criar uma subcomissão para estudar o comércio exterior do país fora apresentada à CAE pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB), sendo do senador Paulo Hartung (PPS-ES) a sugestão da convocação do ministro antes que seja instalada a subcomissão.

Para Hartung, o atual governo "dormiu no ponto" com relação às exportações. Somente agora, lembrou,



Na reunião de ontem, a CAE também decidiu convidar o presidente da CEF, Emílio Carazzai, para falar sobre a suspensão de financiamento habitacional para a classe média

é que o presidente Fernando Henrique Cardoso chama a atenção para o setor, ao declarar, na solenidade de posse do ministro Sérgio Amaral, que o lema do governo é "exportar

ou morrer". O presidente da CAE, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), disse que, nas últimas horas, em visita ao Ceará, o presidente mudou o lema, passando a "ex-

portar para viver". Os senadores Osmar Dias (sem partido-PR), Arlindo Porto (PTB-MG) e Jefferson Péres (PDT-AM) chamaram também a atenção da comissão para a importância do tema. Ao comentar o assunto, o senador Lauro Campos (PDT-DF) considerou a nova prioridade do governo um retorno à era do mercantilismo. Conforme explicou, o tema do estímulo às exportações era "efervescente" nos séculos 16 a 18, quando os países centrais procuravam estimular ao máximo suas companhias de navegação. Essa fase, para o senador, encerrou-

se em 1750. Os defensores do "neoliberalismo" (disse, referindo-se ao neoliberalismo) do atual governo estão muito atualizados, comentou.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) concordou com a oportunidade de se discutir o tema, mas advertiu a respeito da discussão do ingresso do Brasil na Área de Livre Comércio das Américas (Alca), já aprovada pela comissão. Lúcio Alcântara informou, então, que o debate sobre esse tema está sendo devidamente providenciado.

Também por iniciativa de Lúcio Alcântara e Arlindo Porto, será convidado a comparecer à CAE o presidente da Caixa Econômica Federal, Emílio Carazzai, a fim de prestar informações sobre as últimas mudanças na instituição, com a suspensão do financiamento habitacional para a classe média.

Ceará e Bahia contratarão crédito com o Bird

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE) aprovou ontem os termos do ofício encaminhado pelo Banco Central solicitando autorização para que o governo do Ceará contrate operação de crédito junto ao Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (Bird), no valor de US\$ 37,5 milhões. Os recursos serão destinados à segunda fase do Programa de Combate à Pobreza Rural naquele estado. O relator da matéria



Bello Parga relatou matéria de interesse do governo cearense

foi o senador Bello Parga (PFL-MA). A matéria será submetida ainda ao Plenário.

A CAE aprovou, também, e vai ao exame do Plenário, solicitação do governo do estado da Bahia, encaminhada pelo Banco Central, para que possa renovar, ampliar e adequar as garantias da União prestadas em operações de crédito contratadas para o Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana, no valor de

R\$ 91,6 milhões.

Dos pedidos de interesse direto dos governos estaduais examinados ontem pela CAE, somente não chegou a ser aprovado o do estado de Pernambuco, envolvendo uma operação de compra e venda de ações da Companhia Pernambucana de Saneamento S.A. (Compesa), e a Caixa Econômica Federal, pela qual a CEF assume 29,98% da empresa pernambucana, estimados em R\$ 461,6 milhões. A matéria tem como relator o senador Francelino Pereira (PFL-MG). A senadora Heloísa Helena (PT-AL) pediu vista da matéria, que deverá ser reexaminada na próxima reunião.

Pedido tem autorização do MF em caráter excepcional

O empréstimo do Banco Mundial a ser concedido ao estado do Ceará também estava fora dos limites de financiamento do estado, mas recebeu uma autorização do ministro da Fazenda, "em caráter excepcional", com base no fato de o pedido estar incluído no programa de refinanciamento da dívida do estado, acordado com a União, em 1997. O estado também não conseguiu cumprir todas as determinações previstas na Resolução nº 78 do Senado e nem na Lei de Responsabilidade Fiscal, mas obteve parecer favorável do Banco Central recomendando a contratação do empréstimo, no

valor de US\$ 37,5 milhões, mediante prazo de 180 meses, com 66 meses de carência e juros equivalentes à Libor (taxa de juros do interbancário de Londres) mais 0,75% ao ano.

ELETRIFICAÇÃO

Ao explicar a importância dos recursos para o combate à pobreza no Ceará, o representante do governo do estado, técnico Josias Farias Neto, disse que graças ao programa, a eletrificação rural saiu da marca de 25% das propriedades, para 63%. O projeto também tem permitido a construção de escolas e a melhoria da produção agrícola com pequena irriga-

ção, beneficiando um total de 325 mil famílias.

Também relatado pelo senador Bello Parga, o ofício do Banco Central que pede autorização para o governo baiano renovar as garantias da União a operações de crédito de R\$ 91,6 milhões, aceita que o governo estadual não tenha cumprido certas exigências previstas na Resolução 78 do Senado e nem apresentado as contragarantias típicas dos tomadores de crédito. Para o relator, contudo, essas contragarantias poderão ser dadas ao fornecedor do crédito, na efetivação do contrato.

Roberto Saturnino decide alterar parecer sobre concessões públicas

Por sugestão do senador Romero Jucá (PSDB-RR), o senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) decidiu ontem, em reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), alterar parecer de sua autoria para aperfeiçoar o projeto que obriga as concessões públicas a serem precedidas de um relatório técnico de impacto econômico-social, submetido ao Poder Legislativo.

Jucá entendeu que a determinação, da forma como consta do projeto original, de autoria do senador Osmar Dias (sem partido-PR), estava muito abrangente, o que certamente iria criar dificuldades nas concessões mais simples, como é o caso das emissoras de rádio, inclusive as comunitárias.

Pelo que determina a proposta, todas as concessões de serviços públicos deverão ser obrigatoriamente precedidas de relatório de impacto econômico-social analisando número de empregos a serem gerados com a concessão, custo financeiro a ser repassado para os agentes privados, impacto sobre o custo da produção e sobre as finanças públicas, incluindo-se o efeito sobre a arrecadação de impostos. O presidente da CAE, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE),

sugeriu que o projeto possa alcançar, além das concessões, também as permissões públicas.

Osmar Dias concordou com a sugestão de aperfeiçoamento da proposta, que provavelmente deverá ser apresentada pelo relator na próxima reunião da CAE.

AUTOMÓVEIS

Osmar Dias aproveitou a oportunidade para reclamar do que ele considerou um erro cometido pela CAE, ao não acatar sugestão sua para que fossem abertos os protocolos firmados entre

os governos estaduais e as montadoras de veículos automotores atraídas para os estados, como foi o caso do Paraná. Depois de comprometer mais de US\$ 100 milhões, comentou o senador, a Chrysler anuncia agora o encerramento das suas atividades no estado. O senador Jefferson Péres (PDT-AM) concordou com as colocações de Osmar Dias, destacando, ainda, que enquanto os estados no Brasil corriam atrás das montadoras, artigos do *The Economist*, por exemplo, já demonstravam claramente uma saturação da indústria automobilística em todo o mundo.



Roberto Saturnino aceitou sugestão feita por Romero Jucá

Distribuidoras podem ser obrigadas a revisar botijões a cada dez anos

Projeto aprovado pela CAE, e que será ainda votado em Plenário, determina a requalificação periódica dos recipientes usados para armazenar gás de cozinha, promovendo reparos e trocando válvulas

As companhias distribuidoras de gás de cozinha, também chamado gás liquefeito de petróleo (GLP), terão prazo de dez anos, e não cinco, para realizar a requalificação dos botijões utilizados, promovendo reparos, trocando válvulas e especificando validade e quantidade do produto comercializado. O relator do projeto de lei que trata do assunto, senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO), decidiu alterar seu parecer após audiência pública em que foram ouvidos representantes do governo e do empre-

sariado. Ele acatou emenda formulada pelo senador Geraldo Melo (PSDB-RN), dilatando o prazo previsto no projeto original. Com a modificação, o projeto foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e está pronto para ser submetido ao Plenário.

Segundo o senador Geraldo Cândido (PT-RJ), que apresentou voto em separado quando o



Eduardo Siqueira Campos ampliou o prazo da revisão

projeto foi apreciado na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, 33% das explosões ocorridas na cidade de São Paulo são consequência de vazamento de gás manuseado em ambiente doméstico.

O senador petista considerou a proposta original "essencial para a segurança dos consumidores, a despeito do interesse econômico de algumas empresas".

Pelo projeto, com as modificações aprovadas pela CAE, todas as empresas distribuidoras de gás de cozinha ou de gás natural ficam obrigadas a lacrar os botijões, fazendo constar do lacre a data de engarramento e o peso do produto. Deverão também requalificar os botijões a cada dez anos, de acordo com normas a serem fixadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e fiscalizadas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial (Inmetro).

Instalada Subcomissão de Turismo

Discutir uma agenda positiva destinada a apresentar soluções concretas para que o turismo brasileiro entre numa nova fase e passe a ser instrumento de geração de emprego e renda é o principal objetivo da Subcomissão de Turismo, instalada ontem no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O presidente da subcomissão, senador Moreira Mendes (PFL-RO), ressaltou que o órgão terá oportunidade de debater propostas que impulsionem o turismo, como o fortalecimento da aviação comercial doméstica, revisão da legislação que regulamenta o setor e formação e capacitação de profissionais. Ficou decidido que a primeira audiência pública será com representantes de companhias aéreas.

Autor do requerimento de criação da Subcomissão de Turismo, Moreira Mendes estranha que o Brasil, considerado mundialmente uma potência turística, ainda não tenha formulado uma política séria para o setor.

A subcomissão irá discutir o turismo em todos os níveis – municipal, estadual e federal –, além de propor incentivos para o setor – adiantou Moreira Mendes. Para ele, o turismo ecológico também deve ser incentivado, para impulsionar o crescimento do interior, principalmente dos estados da Amazônia.

Moreira Mendes mencionou a necessidade de financiamentos públicos para o setor, citando como exemplo a África do Sul, um dos países que mais aplicam em turismo. Enquanto o governo sul-africano oferece linhas de crédito para a construção de hotéis com até 30 anos de prazo para pagamento, no Brasil os financiamentos não ultrapassam os 12 anos, com três de carência.

O senador garantiu que a subcomissão irá defender políticas públicas que incentivem os empreendedores do setor.

A subcomissão é formada pelos senadores Moreira Mendes, presidente; Wellington Roberto (PMDB-PB), vice-presidente; Gilvam Borges (PMDB-AP); Geraldo Cândido (PT-RJ); e Paulo Hartung (PPS-ES).



Moreira Mendes foi eleito presidente da subcomissão



Maria do Carmo Alves apresentou emendas para adequar o projeto à Constituição



Paulo Hartung é autor da proposta, aprovada pela CI em caráter terminativo

Comissão aprova gratuidade de água para famílias carentes

Com base em relatório apresentado pela senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE), a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) aprovou ontem projeto de lei do senador Paulo Hartung (PPS-ES) que estabelece a gratuidade da água a famílias que tenham consumo igual ou inferior à cota mensal mínima. A matéria foi aprovada em caráter terminativo e, caso não haja recurso de nove senadores à decisão da CI, seguirá diretamente para a Câmara dos Deputados.

O projeto define que as companhias de saneamento devem estabelecer a progressividade das tarifas, para que os usuários com maior consumo subsidiem os que gastam menos.

Além disso, a proposta confere ao Ministério da Saúde a competência para definir a cota mínima mensal de água para consumo unifamiliar, que ser-

virá de base para estabelecer o direito à gratuidade.

Essa proposta procura garantir o acesso dos mais carentes ao consumo hídrico indispensável. Ao se adotar o sistema de tarifa progressiva, conforme faixas de consumo, indica-se o procedimento de que o próprio sistema venha a financiar a concessão da gratuidade às famílias carentes – argumentou Hartung.

A relatora apresentou duas emendas, que foram incorporadas ao projeto, para adequar o texto à Constituição, que determina que a União tem a prerrogativa de instituir diretrizes para o saneamento básico.

O direito à saúde e à vida depende, em grande parte, do acesso à água potável, bem de caráter essencial, crescentemente sujeito aos riscos da escassez e da exploração econômica, que tende a prejudicar os consumidores mais carentes – disse Maria do Carmo.

CCJ recebe sugestão sobre cadastro de usuários de celular pré-pago

O presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), senador José Alencar (PMDB-MG), decidiu enviar à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) ofício do juiz de direito do Juizado Especial Criminal de Belo Horizonte, Wagner de Oliveira Cavaliere, solicitando que o Senado analise a possibilidade de aprovar legislação obrigando as concessionárias de telefonia celular a fornecer cadastro dos usuários do serviço pré-pago.

Segundo o juiz, vários cidadãos vêm sendo prejudicados por criminosos que habilitam no serviço pré-pago celulares roubados sem se identificar. O relator do ofício, senador Romeu Tuma (PFL-SP), lembrou em seu relatório que a CI já aprovou projeto determinando que as operadoras de telefonia celular mantenham cadastro dos usuários do serviço pré-pago. O projeto, informou Tuma, está tramitando na CCJ, para onde será despachado o ofício do juiz de Belo Horizonte.

PETROBRAS

Em outra decisão a CI rejeitou requerimento do senador Geraldo Cândido (PT-RJ) que pedia a realização de audiência com o presidente da Petrobras, Henri Philippe Reichstul, o diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), David Zylbersztajn, o presidente da Associação de Engenheiros da Petrobras, Fernando Siqueira, e representante da Federação Única dos Petroleiros (FUP) para prestarem esclarecimentos sobre a produção de petróleo no país. Eles também falariam sobre a segurança operacional da Petrobras, tendo em vista o acidente ocorrido na plataforma P-36, localizada na Bacia de Campos (RJ).

Para os senadores Jonas Pinheiro (PFL-MT) e Carlos Patrocínio (sem partido-TO), a discussão é desnecessária no momento, especialmente porque Zylbersztajn está no final de seu mandato frente à ANP. Segundo o senador Paulo Souto (PFL-BA), o assunto já foi amplamente debatido no Congresso e por comissões de sindicância da Petrobras e Marinha.

Em seguida, foi aprovado requerimento do senador Sebastião Rocha (PDT-AP) solicitando que a CI constitua subcomissão para realizar audiências públicas na Assembleia Legislativa do Amapá sobre a pesquisa e exploração de petróleo na foz do Rio Amazonas.



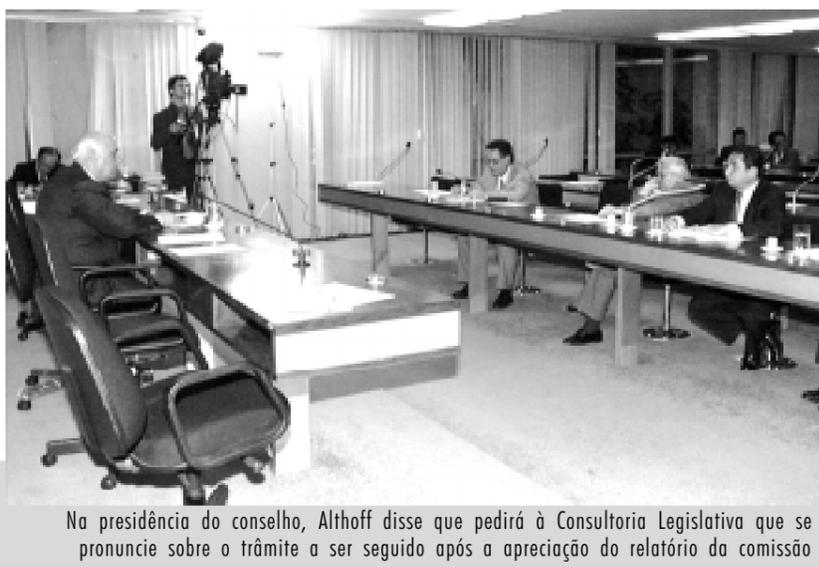
A CI também rejeitou requerimento para realizar audiência sobre acidente na P-36

Comissão ganha novo prazo para examinar caso Jader

Presidente do Conselho de Ética anuncia que trabalhos de investigação, que deveriam ter-se encerrado ontem, serão estendidos até o dia 17

O presidente em exercício do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, senador Geraldo Althoff (PFL-SC), comunicou ontem a prorrogação dos trabalhos da comissão especial que apura preliminarmente as denúncias envolvendo o presidente licenciado do Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA), no caso de desvio de dinheiro do Banpará. Atendendo ao pedido da comissão, Althoff determinou que o prazo final — que expirou ontem — seja estendido até o próximo dia 17.

Geraldo Althoff informou também aos senadores que irá pedir à Consultoria Legislativa ou à Advocacia do Senado que se pronuncie sobre o trâmite a ser seguido após a apreciação do relatório apresentado pela comissão especial, cuja entrega está prevista para a próxima semana. Tanto ele quanto a senadora Heloísa Helena (PT-AL) entendem que, caso o relatório indique que houve quebra de decoro e seja endossado pelo conselho, a Mesa do



Na presidência do conselho, Althoff disse que pedirá à Consultoria Legislativa que se pronuncie sobre o trâmite a ser seguido após a apreciação do relatório da comissão

Senado deve acatar essa decisão e abrir uma representação contra Jader Barbalho.

Althoff acatou requerimento do senador Waldeck Ornêlas (PFL-BA) solicitando que sejam distribuídas aos integrantes do conselho cópias de todos os depoimentos prestados aos integrantes da comissão especial. O requerimento foi feito após reclamação do senador Nabor Júnior (PMDB-AC), que disse não ter condições de votar de maneira justa, já que não acompanhou os de-

poimentos.

O presidente em exercício do conselho informou ainda que pedirá à Advocacia do Senado uma nota técnica sobre a possibilidade de divulgar as declarações de bens e de imposto de renda dos senadores, conforme prevê o Código de Ética e Decoro Parlamentar. A questão foi levantada pela senadora Heloísa Helena, para quem ou se divulga as declarações ou se retira do código o artigo que determina que elas sejam divulgadas.

CCJ analisa PEC que acaba com voto secreto no exame da perda de mandato parlamentar

Em reunião marcada para hoje, às 10h, os senadores da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) analisam cinco proposições que alteram dispositivos políticos e eleitorais, como a proposta de emenda à Constituição (PEC) do senador Tião Viana (PT-AC) que acaba com o voto secreto nas deliberações sobre a perda de mandato de parlamentar. O relator, senador José Eduardo Dutra (PT-SE), deu parecer favorável à matéria.

A CCJ, presidida pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), também deve apreciar relatório do senador Álvaro Dias (PSDB-PR) favorável ao projeto de lei complementar do senador Moreira Men-



Tião Viana é autor da proposta que tem parecer favorável na comissão

des (PFL-RO) que procura tornar ilegível o candidato que tiver rejeitada a prestação de contas de sua campanha.

Em caráter terminativo, a CCJ pode examinar na reunião projeto de lei do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) que define regras para a realização de primárias pelos partidos políticos para formalizar a escolha de candidatos. O relator, senador José Agripino (PFL-RN), recomenda a aprovação da matéria.

O projeto do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) que proíbe que cabos eleitorais sejam arregimentados no dia da eleição e prevê punições para boca-de-urna também tramita terminativa-

mente na CCJ. O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) apresentou relatório sugerindo a aprovação da proposta. Já a PEC do senador Maguito Vilela (PMDB-GO) que reduz de oito para quatro anos a duração do mandato de senador recebeu voto contrário do senador Francelino Pereira (PFL-MG), que não concordou com o mérito da proposta.

A CCJ tem outros 20 itens na sua pauta, como a apreciação, em turno suplementar, de dois projetos do senador Edison Lobão (PFL-MA) aprovados pela comissão na última reunião. Como foram aprovados substitutivos ao projeto que dispõe sobre o seguro-garantia e ao que pretende coibir a falsificação de obras de artes visuais, as propostas do senador só podem ser definitivamente aprovadas com a realização de turno suplementar.

Requião pede pressa no pedido de licença para processá-lo

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) solicitou ontem à Presidência do Senado o envio imediato, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), do pedido de licença feito pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para que ele seja processado por difamação contra a Secretaria de Seguran-



Roberto Requião: parlamentar é eleito para dizer o que pensa

ça Pública do Paraná (SSP-PR). Requião solicitou também a designação de um relator para analisar o pedido do STF. Ele manifestou-se logo após o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), na presidência dos trabalhos, ler em Plenário o ofício em que o STF solicita a licença ao Senado.

Requião repetiu que a urgência é justificada, pois ele quer saber se pode falar e se o conjunto dos senadores ainda tem direito a voz e opinião, ou se são obrigados a submeter seus pronunciamentos antecipadamente ao ministro Sydney Sanches e ao procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro.

O processo alegando difamação, lembrou o senador, foi aberto após ele ter colocado em dúvida, em entrevista concedida ao jornal *Folha de Londrina* (PR), se o Departamento Especial de Combate à Dro-

ga criado pela SSP-PR seria mesmo de combate ou a favor da droga. Mais tarde, acrescentou Requião, a CPI do Narcotráfico da Câmara dos Deputados “chegou ao Paraná, o secretário de Segurança foi demitido, o diretor-geral da Polícia foi preso e dois delegados estão na cadeia até hoje”.

Segundo o parlamentar, é inadmissível que as prerrogativas de um senador da República sejam “atropeladas por estripulias do Ministério Público ou do Judiciário”. Em sua opinião, o ministro do STF não pode se colocar acima do Parlamento, já que um parlamentar foi eleito para dizer o que pensa e denunciar o que tem de ser denunciado. Requião defendeu um órgão externo de controle do Judiciário e disse ter a impressão de que Sanches e Brindeiro querem estabelecer a “mordaca também no Senado Federal”.

— Eu fiz a denúncia no exercício do meu direito constitucional e com a salvaguarda da invulnerabilidade material que me permite dizer exatamente o que penso. Não se trata de crime comum, protegido pela imunidade processual que pode ser quebrada pelo Plenário — opinou.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

1h — *Agenda Econômica* — A ex-ministra Dorotéia Werneck fala sobre comércio exterior
2h — *Saúde/Unip* — Pressão alta — Parte 2
2h30 — *Jornal do Senado* — O resumo das atividades do Senado
3h — *Idéias* — Os senadores: opinião, discursos e novos projetos
3h30 — *Entrevista* — O sen. Paulo Souto fala sobre alimentos transgênicos
4h — *Jornal do Senado* — O resumo das atividades do Senado
4h30 — *Saúde/Unip* — Pressão alta — Parte 2
5h — *Fala Cidadão* — A conexão do Senado com a sociedade
5h30 — *Especial* — *O Missionário da Floresta*
6h — *Saúde/Unip* — Pressão alta — Parte 2
6h30 — *Agenda Econômica* — A ex-ministra Dorotéia Werneck fala sobre comércio exterior
7h30 — *Entrevista* — O sen. Paulo Souto fala sobre alimentos transgênicos
8h — *Especial* — *O Missionário da Floresta*
8h30 — *Saúde/Unip* — Pressão alta — Parte 2
9h — CPI da ONGs — Depoimentos de Jorge Pereira dos Santos, da Cooperindio (Cooperativa de Produção dos Índios do Alto Rio Negro, e Nivaldo Farias de Almeida, delegado da Polícia Federal de Manaus
11h30 — *Idéias* — Os senadores: opinião, discursos e novos projetos
12h — *Especial* — *O Missionário da Floresta*

12h30 — *Entrevista* — O sen. Paulo Souto fala sobre alimentos transgênicos
13h — *Fala Cidadão* — A conexão do Senado com a sociedade
13h30 — *Agenda Econômica* — A ex-ministra Dorotéia Werneck fala sobre comércio exterior
14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)
18h30 — *Entrevista* — A professora e jornalista Dad Squarisi fala sobre a língua portuguesa
19h — *Idéias* — Os senadores: opinião, discursos e novos projetos
19h30 — *Agenda Econômica* — A ex-ministra Dorotéia Werneck fala sobre comércio exterior
20h30 — *Entrevista* — O sen. Paulo Souto fala sobre alimentos transgênicos
21h — *Jornal do Senado* — O resumo das atividades do Senado
21h30 — Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

7h — Música, informação e serviços
8h — *Senado Primeira Hora* — As principais notícias do Senado, do país e do mundo
9h — Música e informação
14h15 — *Senado Notícias*
14h30 — Sessão Plenária do Senado
19h — *A Voz do Brasil*
20h — Música e informação
22h — *Senado Notícias* — Edição da Noite
23h — *Vozes do Século XX*

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

Direito de voto a estrangeiro não obtém quórum para aprovação

Por não ter obtido o número mínimo de votos necessário, embora a maioria dos senadores presentes se manifestasse pela aprovação, foi rejeitada ontem a proposta de emenda à Constituição do senador Álvaro Dias (PSDB-PR) que autorizava o estrangeiro residente há pelo menos oito anos no Brasil a votar nas eleições municipais e disputar mandato de vereador.

Necessitando de 49 votos para ser aprovada em primeiro turno, a proposta recebeu 42 votos favoráveis, 4 contrários e 7 abstenções. Álvaro Dias justificara a iniciativa dizendo que diversos países vêm dando ao estrangeiro domiciliado o direito de participar da vida política da cidade em que mora, devendo o Brasil fazer o mesmo. Encerrada a votação, ele se queixou porque o resultado teria sido anunciado apressadamente, sem dar tempo para que mais senadores chegassem ao Plenário. "Se esse fosse um projeto de lei do Executivo, isso não teria ocorrido", disse.

Álvaro lamentou sobretudo o fato de que a Casa tinha a oportunidade de aprovar uma proposta consensual, que acabou sendo derrotada porque alguns parlamentares não chegaram a tempo de votar.

O senador Roberto Freire (PPS-PE) também se manifestou a favor

da iniciativa, defendendo uma visão internacionalista que supere o conceito de estrangeiro e adote o princípio consagrado pela Revolução Francesa em favor da liberdade, da fraternidade e da igualdade. Segundo Freire, o mundo marcha para ser cada vez mais íntegro e não há por que manter discriminações contra quem quer que seja.

Vários outros senadores manifestaram contrariedade pela rejeição da proposta. Na presidência da sessão, o senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) disse que comunicou a votação aos senadores que, naquele instante, estavam reunidos na Comissão de Orçamento, tendo também acionado duas vezes as campanhas para alertar que uma votação importante se realizaria no Plenário. Valadares lamentou o resultado, dizendo que também era favorável à proposta.

Na mesma sessão, foi aprovado requerimento adiando para 17 de outubro a votação do projeto da senadora Marina Silva (PT-AC) que impede candidatos ao Senado de registrar parentes como suplentes. Também foi adiada, para 16 de outubro, a votação da proposta de emenda à Constituição que faculta aos dentistas a acumulação de dois cargos na administração pública.



Álvaro: "Se fosse um projeto do Executivo, isso não teria ocorrido"

Dutra destaca orçamento participativo em Aracaju

Ao registrar que na sexta-feira e sábado passados foi realizado em Aracaju (SE) um seminário com os delegados eleitos no orçamento participativo daquele município, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) destacou a importância do envolvimento da sociedade na discussão das ações do poder público para fortalecimento e aperfeiçoamento da democracia. Ele acrescentou que nessas reuniões foi iniciado o trabalho de estabelecer as comparações entre as prioridades e as limitações orçamentárias.

Dutra informou que 10 mil pessoas participaram das 30 reuniões plenárias nas diversas sub-regiões de Aracaju, que elegeram 162 delegados e 15 conselheiros do orçamento participativo. "A meta



Dutra: 10 mil pessoas participaram das 30 reuniões plenárias

inicial, já que se tratava do primeiro ano, da primeira experiência, era envolver 4.500 cidadãos", afirmou. Além da eleição de delegados e conselheiros, a população, de acordo com o senador, votou nas prioridades de cada bairro.

A importância da experiência que está sendo implantada em Aracaju pelo prefeito Marcelo Déda (PT), na opinião de Dutra, se torna maior ainda no momento em que o Congresso começa a analisar o Orçamento da União. "A proposta do governo federal atende principalmente às decisões dos tecnocratas, sem levar em consideração os anseios da sociedade e sem travar um debate maior com o conjunto da população", criticou o senador.

Operações de crédito terão menos exigências burocráticas

Plenário aprova mudança na Resolução 78/98 do Senado para facilitar pedidos de empréstimo dos estados, Distrito Federal e municípios

A Resolução 78/98 do Senado, que disciplina as operações de crédito dos estados, Distrito Federal e municípios, foi alterada para permitir que os interessados na contratação de empréstimos instruem mais facilmente seus pleitos. A decisão agora vai à promulgação.

De autoria do senador Paulo Souto (PFL-BA), o projeto permite que, comprovada a impossibilidade de certificação pelos Tribunais de Contas de que o governante está cumprindo a Lei de Responsabilidade Fiscal, essa compro-



Souto explica que o projeto reduz obstáculos sem alterar a Lei de Responsabilidade Fiscal

vação seja efetuada mediante declaração emitida pelo próprio chefe do Executivo.

Em defesa do projeto, Souto disse que a Lei de Responsabilidade Fiscal produziu nova sistemática de fiscalização de contas públicas, sendo necessário compatibilizá-la com a Resolução

78/98. No seu entender, a resolução está dificultando os pleitos de empréstimos de estados e municípios. Ele acrescentou que o projeto não altera em nada a Lei de Responsabilidade Fiscal, servindo apenas para

eliminar obstáculos de natureza burocrática que hoje dificultam a vida dos administradores que desejam obter financiamento.

Foram aprovadas três emendas de Plenário, examinadas na ocasião pelo relator, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), que as considerou capazes de ampliar a transparência e o entendimento do texto.

Os senadores Paulo Hartung (PPS-ES) e Romero Jucá (PSDB-RR) também defenderam a aprovação do projeto, dizendo que ele desburocratiza a vida dos governantes e dá aos estados e municípios acesso aos créditos necessários para se modernizarem. Os senadores Heloísa Helena (PT-AL) e Lauro Campos (PDT-DF) se abstiveram de votar.

Empréstimo para municípios ganha novas regras

O Senado aprovou ontem projeto do senador Romero Jucá (PSDB-RR) estabelecendo normas específicas para as operações de crédito contratadas no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios (PNAFM). Criado pelo governo federal, o programa tem por objetivo fortalecer e modernizar as máquinas administrativas municipais.

Essas operações financeiras tratam de repasses de recursos oriundos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) equivalentes a US\$ 300 milhões, em favor dos municípios participantes do programa. Os repasses são realizados pela Caixa Econômica Federal, na qualidade de agente financeiro da União.

O propósito de Jucá foi fixar as condições gerais dessas operações e estabelecer faixas de limites para elas, conforme o tipo de projeto, a população do município e sua localização.



Romero Jucá propôs faixas de limites para as operações

O projeto também simplifica o processo de aprovação desses empréstimos e lista 18 faixas de limites de financiamento, variando de municípios de 5 mil habitantes, com um limite de US\$ 94,4 mil, até municípios com população acima de 2.950.000, com um limite de US\$ 16,6 milhões.

Os senadores Heloísa Helena (PT-AL) e Lauro Campos (PDT-DF) votaram contra o projeto.

Mozarildo apóia reivindicações municipalistas

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) fez apelo ao presidente Fernando Henrique Cardoso para incluir no Orçamento de 2002 propostas para fortalecimento dos municípios preconizadas pela Carta Municipalista de Brasília, que lhe foi entregue após o VI Congresso Brasileiro de Municípios. Em especial, Mozarildo defendeu a necessidade de previsão de recursos orçamentários para compensar os municípios por despesas realizadas que, de acordo com a lei, são de responsabilidade da União e dos estados.

Mozarildo lembrou que a carta pede, ainda, isenção do IPI para os



Mozarildo apela a FHC para fortalecimento dos municípios

municípios na aquisição de máquinas e equipamentos, cooperação para treinamento de recursos humanos, prazo para adaptação à Lei de Responsabilidade Fiscal e limitação do comprometimento de receitas com o pagamento de despesas de exercícios anteriores e precatórios.

O senador argumentou que os problemas de habitação, saúde, educação, esgoto, água, energia e circulação de veículos apresentam-se de forma mais nítida e forte no âmbito da administração municipal. "Por isso não podemos aceitar a atual situação de centralização de re-

ursos nas mãos do governo federal, que os repassa gota a gota para os prefeitos", disse.

Mozarildo defendeu, ainda, a ampliação das alianças entre os municípios e setores da sociedade como partidos políticos, Congresso Nacional e governos estaduais; compatibilização de recursos financeiros com responsabilidades; cobrança da Taxa de Iluminação Pública; tratamento especial para recolhimento da quota patronal do INSS e renegociação das dívidas com o instituto com prazos maiores.

Em aparte, o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) pregou a descentralização administrativa, com o governo federal cuidando da normatização e as administrações municipais da execução dos projetos.

Mauro Miranda alerta para queda no apoio à democracia

Segundo o senador, pesquisa do instituto chileno Latinobarometro constatou que é baixa a defesa do regime democrático na América Latina

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) manifestou sua preocupação com o resultado do levantamento coordenado por um instituto chileno independente de pesquisas de opinião, o Latinobarometro, que constatou queda rápida e recente no apoio à democracia



Mauro Miranda: resultado da pesquisa realizada em 17 países "é assombroso"

em quase todos os 17 países da América Latina pesquisados. As exceções foram o México e o Peru, que estão passando por um processo de redemocratização.

A pesquisa, publicada resumidamente pela revista inglesa *The*

Economist, envolveu 18.135 entrevistas realizadas em abril e maio deste ano. Há seis anos o instituto Latinobarometro organiza levantamentos anuais sobre o tema.

— É sombrio constatar que o apoio à democracia está relativamente em baixa no Brasil, no México e na Colômbia, e fraquejando na Argentina e no Chile — afirmou Mauro Miranda.

Segundo o senador, o mau desempenho da economia e o aumento da criminalidade foram os fatores detectados pela pes-

quisa como causa para as populações dos países latino-americanos estarem desanimados com a democracia. No Brasil, o levantamento constatou que a corrupção também tem contribuído para que as pessoas estejam desiludidas com o regime democrático.

— Não podemos dar trégua no combate à corrupção. Devemos insistir incansavelmente no aperfeiçoamento das nossas políticas de segurança pública. E a política econômica tem de levar em conta essa dimensão que nem sempre percebemos: a da vulnerabilidade do regime democrático, que tanto esforço exigiu para ser restabelecido entre nós — alertou Mauro Miranda.

Deputados de Roraima denunciam ONG

Em depoimento à CPI das ONGs, os deputados estaduais roraimenses Mecias de Jesus e Urzeni da Rocha Freitas Filho afirmaram que a organização não-governamental (ONG) Associação Amazônia, que atua no sul de Roraima, ocupa ilegalmente uma área de 172 mil hectares de terras e vem sendo mantida, sem o recolhimento de impostos, com doações estrangeiras. A denúncia foi feita ontem pelos dois deputados, presidente e relator, respectivamente, da



Mecias de Jesus e Urzeni da Rocha, ao lado de Mozarildo Cavalcanti e Marluce Pinto, disseram à CPI das ONGs que a Associação Amazônia teria adquirido terras ilegalmente

Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das Terras da Assembleia Legislativa de Roraima.

Segundo os deputados, as terras que compõem a reserva conhecida como Xixuaú-Xiparanã foram adquiridas das populações ribeirinhas utilizando-se recibos fraudados. E boa parte dos vendedores, afirmaram, não sabia escrever ou desconhecia a região. Os documentos depois teriam sido reconhecidos por cartórios de Manaus (AM) também de forma irregular.

Ainda conforme os deputados, apesar de os dirigentes da ONG alegarem que estão na área prestando assistência médica e educacional às populações locais e desen-

volvendo projeto de pesquisa e preservação da reserva, membros da CPI estadual estiveram no local e disseram não ter encontrado escola, posto de saúde, centro de pesquisa ou qualquer outro dos itens apresentados no *site* da associação na Internet.

O presidente da Associação Amazônia, o escocês Christopher Julian Clark, que estava acompanhado do tesoureiro da entidade, Plínio Leite da Encarnação, ao ser indagado pela relatora da CPI das ONGs, senadora Marluce Pinto (PMDB-RR), negou a compra dos 172 mil hectares de terra. Ele informou que a entidade apenas adquiriu a cessão de posses e benfei-

torias das populações ribeirinhas por R\$ 70 mil, que passaram a ser sócios da entidade.

Ao responder ao senador Bernardo Cabral (PFL-AM), o presidente da Associação Amazônia disse que recebe doação da Itália no valor de R\$ 16 mil por ano para ajudar duas pequenas comunidades locais. Ele garantiu ter em registros contábeis todas as doações que vem recebendo de países como Inglaterra, Estados Unidos, Suíça e Itália, e que os enviará à comissão.

Participaram também dos debates a senadora Marina Silva (PT-AC) e os senadores Leomar Quintanilha (PPB-TO) e Pedro Ubirajara (PMDB-MS).

Maguito registra aniversário da morte do sociólogo Betinho

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) registrou ontem a passagem, em agosto, dos quatro anos da morte do sociólogo Herbert de Souza, o Betinho. Ele destacou que Betinho, além de ter sido o precursor da luta organizada contra a fome no Brasil, "deu o exemplo de como combater esse mal que assola todo o mundo: deixar de lado a conversa e trabalhar".

Maguito Vilela lembrou o movimento criado por Betinho, a Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, salientando que, embora a morte do sociólogo tenha deixado uma lacuna enorme, seu exemplo e trabalho continuam vivos. Ele informou que os Comitês pela Vida, comandados agora pelo filho Daniel de Souza, já somam 500 no Rio de Janeiro, com projetos que se multiplicam pelo país, promovendo a arrecadação de cestas básicas.

— Não apenas quero homenagear a memória e o legado de Betinho, que fez da sua vida um permanente servir ao próximo, mas mostrar o quão atual é o exemplo desse sociólogo extraordinário e

o quanto o Brasil está precisando de, com vontade política, mirar-se no seu exemplo para implantar em todo o país um programa verdadeiro de combate à fome e à miséria — enfatizou o senador.



Maguito Vilela lembrou o trabalho de Betinho para combater a fome

Maguito Vilela lembrou que, num lixão a poucos quilômetros do Planalto e do Congresso Nacional, há milhares de pessoas idosas, homens, mulheres e crianças "disputando restos de alimentos com ratos, numa situação triste e lamentável".

— Precisamos criar um programa de combate à fome sem patrulhamentos ideológicos, que pense, fundamentalmente, em acudir quem está em situação de desespero, sem ter o que comer e sem condições de alimentar sua própria família — acentuou.

Na avaliação de Maguito Vilela, a fome, se não é argumento convincente, talvez seja o principal fator do aumento da violência no país. Ele citou dados da Fundação Getúlio Vargas (FGV) segundo os quais 29% da população vive abaixo da linha de pobreza, em situação de fome.

Maldaner elogia ampliação do atendimento judiciário

O projeto Juizados da Cidadania, de iniciativa do Poder Judiciário de Santa Catarina, foi elogiado ontem pelo senador Casildo Maldaner (PMDB-SC). Ele informou que foram implantadas Casas da Cidadania, nas quais conciliadores e juízes leigos prestam serviço voluntário junto às camadas mais desfavorecidas da população. O objetivo do projeto é universalizar o atendimento judicial e humanizar a Justiça, acabando com a discriminação.

— Em um estado que conta atualmente com 94 comarcas, em um universo de 293 municípios, a presença do juiz é praticamente inexistente em 199 deles. Diante dessa realidade, podemos dizer que as Casas da Cidadania conseguem preencher enorme lacuna.



Casildo Maldaner disse que projeto beneficia população de baixa renda

O senador destacou que os conflitos são arbitrados por líderes comunitários que, atuando como mediadores, conhecem os costumes do local onde está sendo realizado o atendimento. Apenas nos casos mais complicados, como problemas de família e direitos indisponíveis,

é exigida a presença de um juiz togado. Casildo Maldaner informou que existe a disposição do Tribunal de Justiça de construir Casas da Cidadania nos municípios que decidirem fazer doação de terreno que atenda às peculiaridades do projeto.

— As Casas da Cidadania funcionam totalmente integradas à vida comunitária e totalmente identificadas com as exigências mais urgentes no cotidiano da vida social.

Audiência debaterá controle da programação de TV

Comissão de Educação aprovou proposta de Juvêncio da Fonseca para instruir projetos em tramitação no Senado. Hoje a CE ouve o ministro de Ciência e Tecnologia, Ronaldo Sardenberg

A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem requerimento do senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS) propondo a realização de audiência pública para instruir dois projetos que tratam do controle da programação televisiva: o primeiro, do Senado, institui a classificação etária para as diversões e espetáculos públicos; o outro, da Câmara dos Deputados, dispõe sobre a obrigatoriedade de os novos aparelhos de televisão conterem dispositivo de bloqueio temporário da programação.

— Por se tratarem de propostas sobre a mesma questão, entendo que a discussão das matérias não deve ser separada — afirmou o senador.

Na justificativa do requerimento, Juvêncio observou que o senador Pedro Simon (PMDB-RS) já havia solicitado audiência pública para debater o projeto que disciplina a exibição de espetáculos públicos. Para Simon, a reflexão sobre o que as redes de comunicação têm entendido por *função*

social da TV está sempre presente no cotidiano da população brasileira.

Por sua vez, os senadores Casildo Maldaner (PMDB-SC) e Mauro Miranda (PMDB-GO), além de votarem a favor do requerimento para a realização da audiência pública, observaram que a instalação do bloqueador “será uma medida salutar em defesa do público mais jovem”.

De acordo com o requerimento de Juvêncio serão convidados os seguintes debatedores: Jorge Cunha Lima, diretor da Fundação Padre Anchieta e presidente da Associação Brasileira de Emissoras Públicas, Educativas e Culturais; Elizabeth Süsskind, da Secretaria Nacional de Justiça; Paulo Machado de Carvalho, presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e TV; Ismar de Oliveira Soares, coordenador do Núcleo de Comunicação e Edu-



Comissão de Educação analisa um projeto de classificação etária das diversões e espetáculos públicos e outro que dispõe sobre dispositivo de bloqueio da programação em aparelhos de TV

cação da Universidade de São Paulo, além de um representante da Sociedade Brasileira de Engenharia de Televisão e Telecomunicações (SET).

Na mesma reunião, a CE con-

cedeu vista coletiva a projeto da senadora Emilia Fernandes (PT-RS) que torna obrigatório o uso da Língua Brasileira de Sinais (Libras) em todas as mensagens do governo federal e na propagan-

da eleitoral gratuita veiculada pela televisão. O relator da proposta, senador Nilo Campos (PSDB-RJ), apresentou substitutivo propondo que, além da Libras, fosse utilizado o sistema de legenda oculta. O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) antecipou que apresentará voto em separado na próxima reunião da CE, quando o projeto deverá ser analisado em caráter terminativo.

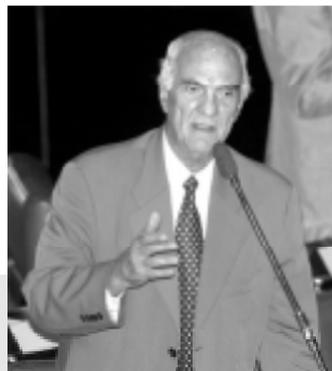
O vice-presidente da Comissão de Educação, senador Moreira Mendes (PFL-RO), confirmou a realização de audiência pública com o ministro de Ciência e Tecnologia, Ronaldo Sardenberg, hoje, às 10h. Atendendo a requerimento do senador Ricardo Santos (PSDB-ES), que preside a CE, Sardenberg deverá falar sobre as diretrizes e programas prioritários do ministério para 2002.

Saturnino quer emissoras na produção de filmes

O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) defendeu que emissoras de televisão, abertas e a cabo, participem da produção de filmes para cinema. O parlamentar lamentou o recuo do governo, que retirou de medida provisória (MP) sobre a produção cinematográfica dispositivo que obrigava as emissoras a aplicar parte do faturamento nesse setor. A MP deverá ser encaminhada nos próximos dias ao Congresso Nacional.

Para Roberto Saturnino, o sistema de co-produção, com participação nos resultados, significaria o “entrelaçamento empresarial entre televisão e cinema”, que ele considera necessário para o fortalecimento da indústria cinematográfica no Brasil.

De acordo com o parlamentar, o Senado deve discutir o assunto na Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação e Informática, criada no âmbito da Comissão de Educação, e restabelecer essa possibilidade de trabalho conjunto entre emissoras de televisão e produtores de filmes. Para ele, essa cooperação não precisa ser obrigatória, mas deve ser incentivada. O senador lem-



Saturnino diz que co-produção significaria o “entrelaçamento empresarial entre TV e cinema”

brou que o cinema, além de gerar empregos e renda, também cria cultura e prestígio internacional para o país.

Saturnino elogiou a criação do Grupo Executivo de Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica (Gedic), no âmbito da Presidência da República, que elaborou a proposta a ser encaminhada por meio da MP. Ele citou reportagem publicada pela revista *Carta Capital*, sobre verdadeira peregrinação em busca de recursos protagonizada pelo cineasta Ugo Giorgetti. A reportagem informa que o diretor de cinema,

depois de visitar mais de 40 gerentes de *marketing* de grandes empresas, conseguiu levantar R\$ 1,3 milhão dos R\$ 2,8 milhões necessários para realizar seu filme.

— A lei do audiovisual, chamada Lei Rouanet, conseguiu recuperar parte da produção cinematográfica brasileira, arrasada no início anos 90, com a extinção da Embrafilme. Mas o mecanismo acabou caindo nas mãos de gerentes que não têm o discernimento, sob o ponto de vista cultural, para tomar as decisões — afirmou Roberto Saturnino.

Senado autoriza radiodifusão comunitária

O Senado aprovou ontem seis projetos de decreto legislativo autorizando a execução de serviços de radiodifusão comunitária nas cidades de Indiana (SP), Mari (PB), Araioses (MA), Jataizinho (PR), Constantina (RS) e Irani (SC).

Os atos vão a promulgação.

Aprovado nome para sede do TRE de Roraima

Com parecer favorável do senador Moreira Mendes (PFL-RO), a Comissão de Educação aprovou ontem, por decisão terminativa, projeto que denomina Palácio Dra. Maria Luiza Galindo Malaquias o edifício sede do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima. Para o autor do projeto, senador Romero Jucá (PSDB-RR), trata-se de “justa homenagem àquela que, de forma íntegra e esmerada, colaborou com a implantação da Justiça Eleitoral em Roraima”.

A comissão aprovou também nove projetos de decreto legislativo autorizando a exploração de serviço de radiodifusão comunitária, beneficiando as seguintes entidades: Sociedade Rádio Comunitária Camará FM, em Camaragibe (PE); Clube de Mães Nossa Se-

nhora da Conceição, em Penalva (MA); Associação Comunitária de Amigos de Cafelândia (PR); Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Braganey (PR); Associação Comunitária de Vianópolis (GO); Associação Cultural União Comunitária Zona Sul, em São Borja (RS); Associação de Difusão Comunitária Nossa Senhora d'Abadia, de Romaria (GO); Associação Comunitária Central de Ritópolis (MG); e Associação Comunitária Américo de Campos (SP). Também foram aprovados decretos legislativos outorgando concessão à Fundação Educativa e Cultural João Soares Leal Sobrinho, em Teófilo Otoni (MG), e renovando a concessão da Rádio São Paulo, em São Paulo (SP).

Mozarildo cobra rigor com faculdades particulares

Preocupado com a qualidade e a grande oferta de cursos de nível superior pelas faculdades e universidades particulares, o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) cobrou do Ministério da Educação maior rigor no cumprimento

das exigências para autorização de funcionamento dessas instituições. Mozarildo destacou ainda que, nas avaliações do MEC, as exigências mais rigorosas abrangem somente os cursos de Medicina, Letras e Matemática.

CAS vota proibição de exigência de teste genético por planos de saúde

Para Juvêncio da Fonseca, autor do projeto, a detecção prévia de doenças não deve tornar-se instrumento de redução de custos para empresas em detrimento de valores éticos



Jucá relatou a atuação do Ministério da Previdência e do INSS

Jucá ressalta trabalho junto a índios de RR

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PSDB-RR), parabenizou em Plenário o ministro da Previdência e Assistência Social, Roberto Brant, e os servidores do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) em Roraima por estarem levando, por meio de unidade móvel da Previdência Social (Prevmóvel), atendimento a áreas indígenas localizadas no município de Pacaraima (RR). Segundo Jucá, 5.819 índios de Roraima já foram atendidos. Outras aldeias também serão atendidas.

ILB e Sames promovem curso de dentística

O Serviço de Assistência Médica do Senado (Sames) realiza hoje, em conjunto com o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), curso de reciclagem em dentística restauradora. Ministrado pela cirurgiã-dentista Nara Pereira d'Abreu Cordeiro, o curso tem início às 8h e estende-se até as 18h, no ILB.

O projeto que proíbe planos de saúde e de seguros de exigir dos associados a realização de testes genéticos está na pauta da reunião que a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) realiza hoje, às 14h. A proposta, de autoria do senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS), tem parecer favorável do relator, senador Geraldo Althoff (PFL-SC), nos termos de emenda apresentada.

Na justificativa da proposta, Juvêncio da Fonseca argumenta que, embora sejam avanço tecnológico, os testes genéticos para a detecção prévia de doenças não devem tornar-se instrumento de redução de custos para entidades de seguros e assistência à saúde, em detrimento de valores éticos.

Entre outros sete itens incluí-



Geraldo Althoff apresentou parecer favorável ao projeto, que pode ser votado hoje pela CAS

dos na pauta da CAS está o projeto que obriga a venda de medicamentos – comprimidos, cápsulas e ampolas injetáveis – na exata quantidade determinada na prescrição médica. Na justificativa da proposta, o ex-senador Ernandes Amorim lembra que os

remédios, por suas características, quando comprados em quantidade maior do que a necessária, são desperdiçados. O projeto, sustentou, proporciona economia substancial aos doentes. A matéria, a ser apreciada em turno suplementar, teve sua aprovação recomendada pelo relator, senador Tião Viana (PT-AC), nos termos de substitutivo.

Também será examinado pela CAS projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que determina a cobertura, pelos planos de saúde, das sessões de fisioterapia, fonoaudiologia, nutrição, psicologia e terapia ocupacional. O relator, senador Sebastião Rocha (PDT-AP), é pela aprovação da matéria, com apresentação de uma emenda.

CFM apóia relatório sobre uso de silicone

O secretário-geral do Conselho Federal de Medicina (CFM), Rubens dos Santos Silva, manifestou apoio ao substitutivo do relator, senador Sebastião Rocha (PDT-AP), ao projeto que estabelece normas para o uso médico das próteses de silicone. Particularmente no que se refere ao consentimento prévio por escrito, acertado entre médico e paciente, Santos Silva foi enfático ao afirmar que não vê razões para que o médico não escreva os procedimentos necessários ao esclarecimento do paciente. Ele depôs



Sebastião Rocha é relator do projeto que trata do uso médico das próteses de silicone

ontem na audiência pública promovida pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) com o objetivo de discutir o tema.

– O consentimento esclarecido deve ser a rotina do médico. O médico tem o dever de esclarecer todas as questões

envolvidas em qualquer procedimento. O cidadão tem o direito de saber tudo o que se relaciona com a sua situação – enfatizou Santos Silva.

No entanto, acrescentou, o consentimento esclarecido não signi-

fica que o médico estará isento de eventuais erros. Para o secretário-geral, não se trata de fornecer um salvo-conduto ao cirurgião, e sim deixar o paciente consciente do que pode vir a acontecer. Santos Silva ressaltou que a implantação de prótese representa a colocação de um corpo estranho no organismo. Nesses casos, “não podem pairar dúvidas de que os resultados poderão não ser exatamente os desejados”.

O artigo 46 do Código de Ética dos médicos, que prevê o consentimento esclarecido, deve abranger, na opinião do senador Carlos Patrocínio (sem partido-TO), todos os procedimentos cirúrgicos e não só os de implantação de silicone.

Subcomissão do Idoso terá “site” na Internet

O presidente da Subcomissão Permanente do Idoso, senador Leomar Quintanilha (PPB-TO), confirmou ontem que o colegiado vai dispor de *site* na Internet com informações sobre todas as decisões que o colegiado adotar e as leis referentes à terceira idade. Será disponibilizado tam-

bém *e-mail* para envio de mensagens à subcomissão.

O senador confirmou ainda a instalação de uma linha 0800 para receber sugestões e denúncias. Disse ainda que, na reunião marcada para a próxima terça-feira, dia 11, será discutida agenda de trabalho que inclui a realização de audiências públicas

para debater a questão dos idosos. É possível, adiantou Quintanilha, que a subcomissão aprove a vinda da apresentadora do SBT Hebe Camargo, do cantor e compositor Juca Chaves e da cantora Inezita Barroso. Eles seriam convidados para falar sobre a manutenção da atividade profissional na terceira idade.



Quintanilha anunciou instalação de linha 0800



Mauro: apenas Goiânia, Anápolis e Itumbiara possuem médicos treinados para atender aos doentes

Mauro quer novos centros para atendimento à Aids

Em apelo às autoridades de Goiás para que sejam criados novos centros de referência para diagnóstico e acompanhamento de soropositivos, o senador Mauro Miranda (PMDB-GO) alertou que “a Aids tem avançado sem piedade no estado”. De acordo com o senador, além da capital, Goiânia, somente Anápolis e Itumbiara possuem médicos treinados para atender a pacientes infectados pelo vírus HIV.

Mauro Miranda entende que a dificuldade de diagnóstico precoce, por falta de médicos no estado, constitui fator de insegurança social. As pessoas que desconhecem serem portadoras, afirmou ele, não tomam qualquer tipo de precaução, como o uso de preservativos.

– O diagnóstico precoce da infecção pelo HIV tem de ser reforçado em todo o estado, especialmente nas maternidades, que devem orientar as gestantes a fazerem o teste no período pré-natal. Infelizmente a maioria dos médicos não solicita o exame – lamentou o parlamentar.

Mauro Miranda alertou para o fato de que o número de infectados pela doença em Goiás vem crescendo a cada ano. Enquanto em 1999 a incidência era de 6,5 casos por 100 mil habitantes, em 2000 foram registrados 8 casos por 100 mil habitantes. O senador apontou a falta de informação como uma das razões do problema.

– É preciso que chegue ao homem do interior, principalmente das pequenas cidades, informação ampla sobre a doença, em linguagem acessível e fácil de ser entendida – recomendou o senador.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Antonio Carlos Valadares, Mozarildo Cavalcanti e Gilvam Borges e pela senadora Heloísa Helena